

NÚMEROS DA SORTE



Ricardo Stuckert

Nos últimos 12 meses, as famílias mais pobres tiveram a menor taxa de inflação, 3,66%, enquanto as de renda alta registraram 4,79%. No mercado de trabalho, taxa de desemprego a 7,1% é a menor em dez anos

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 16 de julho de 2024 Nº 150

Resultados positivos surpreendem pessimistas

Popularidade de Lula: o que nos diz a última Quaest

Abin: Bolsonaro teria tentando proteger filho

Cresce pressão para retirada de Biden nos EUA



SEJA UM VOLUNTÁRIO E ESPALHE A VERDADE

*Quer ajudar o povo
do **Rio Grande do Sul** e
combater notícias falsas?*

*Entre no grupo
de Caçadores de
FAKE NEWS*

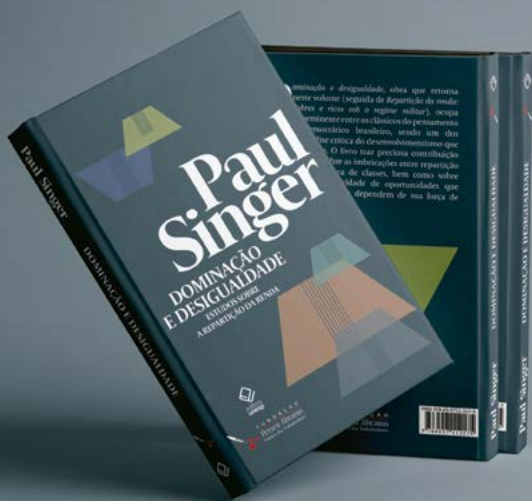
bit.ly/cacadoresfakenews



DOMINAÇÃO E DESIGUALDADE

ESTUDOS SOBRE A REPARTIÇÃO DE RENDA

PAUL SINGER



ADQUIRA SEU EXEMPLAR:

editoraunesp.com.br



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



editora
unesp

focus

BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Colaboradores: Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Guto Alves,

Henrique Nunes e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria

de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira

Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim,

Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio,

Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque,

Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel,

Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada

Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima,

Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza

Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena

Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

RECONEXÃO PERIFÉRIAS
LANÇAMENTO DO CADERNO

26/04 - DAS 16H ÀS 19H

CHACINAS E FEMINICÍDIOS
OS CASOS DE REALENGO E CAMPINAS



Local: Ocupação Nove de Julho
R. Álvaro de Carvalho, 427
Bela Vista - São Paulo

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



cesc
Centro de Estudos de
Segurança e Cidadania

SÃO PAULO





EMPREGO, RENDA E MENOS INFLAÇÃO

A economia brasileira mostra sinais positivos com a recente desaceleração da inflação, conforme aponta o Ipea. Em junho, todas as faixas de renda apresentaram queda na inflação em comparação com maio. O mercado de trabalho está em alta, com a menor taxa de desemprego dos últimos 10 anos, atualmente em 7,1%.

Página 07

CARTA AO LEITOR Êxito econômico empareda adversários

Página 05

SORTE? Inflação desacelera para mais pobres e emprego cresce

Página 07

SOCIAL Programas do governo Lula III reforçam compromisso social

Página 09

REFORMA Afinal, o que é que muda com a Reforma Tributária?

Página 11

INDÚSTRIA Vice-presidente Alckmin destaca emprego e renda

Página 12

ARTIGO O líder do PT na

Câmara escreve sobre a reforma Tributária

Página 13

ANÁLISE FPA analisa pesquisas sobre a popularidade de Lula

Página 14

SAÚDE Edital do Mais Médicos bate recorde com 33 mil inscritos

Página 16

VACINAS Brasil sai da lista dos 20 países que menos vacinam crianças

Página 17

ESPORTE Lula assina decreto que reajusta Bolsa Atleta após 14 anos

Página 19

CORRUPÇÃO Bolsonaro e Ramagem têm mais a explicar sobre Abin Paralela

Página 20

JUSTIÇA É aprovada PEC que garante recursos para candidaturas pretas

Página 22

OTIMISMO Campanha "Fé no Brasil", da Secom, destaca resultados da agricultura

Página 24

ARTIGO IA: há espaço para o Brasil investir nessa indústria, por José Dirceu

Página 26

MÚSICA Em disco de estreia, Yago Oproprio apresenta música de protesto

Página 29



ÊXITOS DA ECONOMIA EMPAREDA OS ADVERSÁRIOS DO BRASIL

O país cresce. Os cortesãos do “mercado”, seus bonecos de ventríloquo, insistem em reafirmar ser o Presidente Lula um homem de sorte. Não é sorte. É trabalho. Não custa nada reconhecer.

Alberto Cantalice

Os resultados alcançados pela equipe econômica do governo Lula III surpreendem os “analistas” do mercado, inibe as apostas negativas da mídia e melhora a imagem pública do governo.

A “guerra de narrativas” sobre a validade do Novo Arcabouço Fiscal, sua exequibilidade e sustentabilidade perde força. Disputas de bastidores, especulações e outros artifícios foram usados para enfraquecer a proposta da equipe liderada por Fernando Haddad, porém com um fracasso retumbante.

O país cresce. Os cortesãos do “mercado”, seus bonecos de ventríloquo, insistem em reafirmar ser o Presidente Lula um homem de sorte. Não é sorte. É trabalho. Não custa nada reconhecer.

Entretanto, o país ainda segue com juros da dívida pública elevadíssimos. A segunda maior taxa líquida do mundo apesar da inflação controlada e a dívida pública (quando se incluem as reservas cambiais) ser uma das menores entre os grandes países. Apesar de alta.

O recente ataque especulativo com a desvalorização do Real visto com inércia pela atual direção do Banco Central causou estranheza inclusive em agentes do mercado daqui e do exterior. Foi preciso que o ministro da Fazenda fosse à público e questionasse os ruídos ensurdecadores para que as coisas voltassem à normalidade.

A geração de 2,5 milhões de empregos, em 1 ano e meio de governo é outra boa notícia que é obscurecida por parte da mídia e cujo crédito exclusivo é da normalidade e da previsibilidade das ações governamentais sem pirotecnia ou magia. Sem contar o aumento dos investimentos públicos e privados e a melhora significativa favorável ao país no balanço de pagamentos.



Marcelo Camargo / Agência Brasil

O recente ataque especulativo com a desvalorização do Real visto com inércia pela atual direção do Banco Central causou estranheza inclusive em agentes do mercado

Reforma Tributária Avança

A Reforma Tributária que, como já dissemos aqui neste espaço, hibernou por mais de trinta anos nos escaninhos do Congresso Nacional, ganha forma e tem seu conteúdo discutido em todos os quadrantes do país.

A total desoneração da cesta básica; o chamado “cashback” que beneficiará famílias que ganham até meio salário-mínimo por pessoa, com a devolução de parte dos novos tributos sobre o consumo, melhorarão sobremaneira as condições de vida dos menos favorecidos e que poderão com essa inovação que quebra a total regressividade da tributação brasileira que penaliza mais os pobres do que as classes altas.

A luta agora é para combater os privilégios de setores econômicos que usam dos lobbies e do constrangimento para perpetuar injustiças fiscais.

A pauta é a economia. É ela que tem potencial para encurrular os inimigos do Brasil: tributando altas rendas e diminuindo a perversa concentração de rendas que envergonham o país e dificultam o verdadeiro crescimento do Produto Interno Bruto e da Paridade do Poder de Compra da nação (PPC).

Revista Focus Brasil

Com esta edição da Revista Focus Brasil completamos 150 números publicados semanalmente. Nascida de uma iniciativa da Diretoria Executiva da Fundação Perseu Abramo ainda na pandemia, vimos nos consolidando ao longo do tempo como uma ferramenta de diálogo e informação para os filiados e militantes do Partido dos Trabalhadores. A nossa razão de existir. Obrigado aos leitores.

Que venham muitos mais edições!



COM LULA, INFLAÇÃO DESACELERA E GERAÇÃO DE EMPREGOS BATE RECORDE

Dados divulgados pelo Ipea mostram também que, em 12 meses, as famílias de renda muito baixa tiveram a menor taxa de inflação (3,66%)

Redação Focus Brasil

Não adianta cortinas de fumaça ou malabarismos para distorcer a realidade, como menosprezar a desoneração da carne na cesta básica para “proteger os brasileiros da carestia”, como tenta a grande imprensa fazer com os resultados do governo federal. A verdade é que, apesar do rombo fiscal herdado e de todo o trabalho de reconstrução do que foi desmantelado em cada pasta estrutural de equilíbrio social, econômico e fiscal do país, o terceiro governo de Lula segue trabalhando tendo como meta o crescimento com segu-

rança social, o projeto eleito pelo povo em 2022.

A economia brasileira mostra sinais positivos com a recente desaceleração da inflação, conforme aponta o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda. Em junho, todas as faixas de renda apresentaram queda na inflação em comparação com maio. As famílias de renda alta foram as mais beneficiadas, com a inflação caindo de 0,46% em maio para 0,04% em junho. Para as famílias de renda muito baixa, a inflação desacelerou de 0,48% em abril para 0,29% em maio e junho.

Nos últimos 12 meses, as famílias de renda muito baixa tiveram a menor taxa de inflação, 3,66%, enquanto as de renda alta

registraram 4,79%. A queda das tarifas aéreas e dos transportes por aplicativo favoreceu especialmente as famílias de renda alta. Já as famílias de renda muito baixa, que não se beneficiaram da redução das passagens aéreas, sentiram mais o aumento dos preços dos alimentos.

Os dados, divulgados nesta segunda-feira (15) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostram que o aumento dos preços dos alimentos ao longo do ano é o principal fator que pressiona a inflação para as famílias de renda muito baixa, cuja taxa acumulada de 2,87% em 2024 é significativamente maior que a das famílias de renda alta, que está em 1,64%.

Principais Pressões Inflacionárias

Os grupos de alimentação e bebidas, e saúde e cuidados pessoais foram os principais responsáveis pela pressão inflacionária em praticamente todas as classes de renda. Mesmo com a deflação de frutas (-2,6%), carnes (-0,47%) e aves e ovos (-0,34%), o aumento nos preços de cereais, arroz (2,3%), tubérculos (2,0%) e leites e derivados (3,8%) resultou na alta dos preços dos alimentos em junho.

No grupo de saúde e cuidados pessoais, os reajustes em produtos farmacêuticos (0,52%), itens de higiene pessoal (0,77%) e serviços médicos, como hospitais e laboratórios (1,0%), além dos planos de saúde (0,37%), também contribuíram para a inflação.

Para as famílias de renda alta, a inflação foi aliviada pelo grupo de transportes, apesar do aumento de 0,64% na gasolina. A queda nos preços das passagens aéreas (-9,9%) e nas tarifas de transportes por aplicativo (-2,8%) ajudou a compensar o impacto dos alimentos e da saúde.

Dados Acumulados em 12 Meses

Nos últimos 12 meses, a maior pressão inflacionária recaiu sobre os grupos de alimentação, transportes, e saúde e cuidados pessoais. Nos alimentos, mesmo com a deflação de carnes (-6,5%) e aves e ovos (-1,2%), os aumentos nos preços de cereais (19,0%), tubérculos (42,2%), frutas (18,5%) e hortaliças (15,7%) foram significativos.

Nos transportes, as maiores

contribuições inflacionárias vieram das tarifas de ônibus intermunicipais (9,6%), metrô (10,8%) e transporte por aplicativo (6,5%), além dos reajustes nos combustíveis (10,0%).

No grupo de saúde e cuidados pessoais, as pressões vieram dos produtos farmacêuticos (6,3%), itens de higiene (2,8%), serviços de saúde (8,5%) e planos de saúde (9,1%).

Para as famílias de renda baixa, os reajustes nas tarifas de energia elétrica (3,0%) e de água e esgoto (6,6%) contribuíram para a inflação no grupo de habitação. Já para as famílias de renda alta, os aumentos nos serviços pessoais (5,9%) e nas mensalidades escolares (6,9%) fizeram com que os grupos de despesas pessoais e educação tivessem um impacto significativo na inflação.

MERCADO DE TRABALHO AQUECIDO E DESEJO POR ESTABILIDADE

Com a economia em alta, sete em cada dez trabalhadores informais desejam mudar para empregos estáveis e com melhores salários

Otra boa notícia, o mercado de trabalho está em alta, com a menor taxa de desemprego dos últimos 10 anos, atualmente em 7,1%. Há um aumento nas vagas com carteira assinada, o que tem levado muitas pessoas a buscar a troca de empregos informais e mal remunerados por oportunidades mais estáveis e com melhores salários.

Segundo a Sondagem do Mercado de Trabalho do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), 67,7% dos trabalhadores autônomos querem migrar para empregos formais. Este desejo

também é forte entre os formalizados com CNPJ (54,6%) e ainda mais entre os informais (72,1%).

Busca por estabilidade

A procura por empregos estáveis e com melhores salários vai na direção oposta à desastrosa reforma trabalhista de Temer e à gestão de Paulo Guedes e Bolsonaro, que flexibilizaram as relações de trabalho e promoveram a "uberização", deixando muitos trabalhadores sem garantias básicas.

Ao contrário do que a mídia tradicional divulga, substituindo precariedade por uma suposta liberdade, essa situação não é desejada pela população. "As pessoas que estão na informalidade,

muitas vezes, estão lá por necessidade e não por escolha", afirma Rodolpho Tobler, coordenador das Sondagens Empresariais e de Indicadores de Mercado de Trabalho do Ibre/FGV.

A recuperação do mercado de trabalho sob o governo Lula vem mudando esse quadro. Desde 2023, o emprego formal tem mostrado um forte crescimento, com o total de trabalhadores com carteira assinada no setor privado alcançando o patamar de 38,3 milhões de pessoas, em maio de 2024, segundo a Pnad Contínua do IBGE. A taxa de desemprego também é a menor em quase uma década.



O presidente Lula e o vice, geraldo Alckmin, em visita à fábrica da Volkswagen

Ricardo Stuckert

DO MOVER AO BOLSA FAMÍLIA, LULA REAFIRMA COMPROMISSO DE UM GOVERNO PARA TODOS

“A indústria vai gerar emprego e a roda gigante da economia gira. Até os mais ricos ganham com o aumento do salário mínimo”, aponta Lula, confirmando que o jeito petista de governar beneficia o conjunto da sociedade

O ano de 2024 marca exatas duas décadas de vários programas criados na primeira gestão do presidente Lula que tiraram o Brasil do Mapa da Fome, promoveram o pleno emprego e colocaram o país entre as sete maiores economias do mundo. Esses patamares absolutamente exitosos, alcançados por volta de 2014 após três governos petistas, foram abruptamente interrompidos pelo golpe de 2016.

Este ano também representa a retomada e o aprimoramento dessa mesma forma de governar, e os números da economia e das condições de vida da população já começaram a melhorar significativamente, como confirmam diversos indicadores.

Como o foco na reconstrução do país, o governo Lula tem posto em prática políticas públicas que têm trazido bons resultados tanto para os mais pobres quanto para os mais ricos, fruto de um sólido projeto de desenvolvimento do país a longo prazo. Do empresário da indústria ao beneficiário do Bolsa Família, todos saem ganhando com Lula.

Como repete o presidente, é o trabalhador bem empregado e remunerado que faz a roda da economia girar. “Nós instituímos outra vez o aumento real do salário acima da inflação. Quando o salário mínimo aumenta, quem ganha não é só o trabalhador que ganha o mínimo, porque o trabalhador, tendo mais dinheiro, compra mais” afirmou Lula, já no quinto mês do novo mandato, no Dia do Trabalhador, celebrado em 1º de maio de 2023, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo.

“O comércio vai gerar emprego e vai encomendar coisa da indústria. A indústria vai gerar



emprego e a roda gigante da economia começa a girar. Até os mais ricos ganham com o aumento do salário mínimo”, disse Lula, ao anunciar a retomada da política de valorização do salário mínimo.

A valorização do salário mínimo acima da inflação é classificada como “intocável” por Lula, que também costuma dizer que “inflação baixa, para mim, não é um desejo, é uma obsessão”.

É por essa e outras razões que o governo Lula é bem avaliado por todo o espectro da socieda-

de brasileira, como mostram as pesquisas. A do Ipec, por exemplo, feita no começo de julho, mostra uma aprovação do governo de quase 80% entre os que tem renda familiar de até um salário mínimo e de pouco mais de 60% entre os que têm ganhos acima de cinco salários.

As pesquisas também mostraram que a população não só entendeu como apoiou o presidente em suas críticas ao presidente do Banco Central (BC) e à taxa Selic “exagerada” de 10,50%, que asfixia a economia brasileira.

REFORMA TRIBUTÁRIA: AFINAL, O QUE É QUE MUDOU?

Considerada uma das grandes vitrines econômicas da terceira gestão de Lula como presidente da República, a Reforma Tributária chegou na semana passada à fase da regulamentação

Henrique Nunes

Ainda há muito debate sobre possíveis emendas e alterações por meio dos projetos de leis complementares propostos pelo Poder Executivo para tirar do papel um antigo sonho da po-

pulação brasileira: fazer valer os seus rendimentos sem ter de pagar um absurdo em tributações.

O novo modelo tributário do país está previsto na Emenda Constitucional 132, promulgada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2023, mas só entra em vigor para valer a partir de 2033.

ISS, IPI, PIS e Cofins – em uma cobrança única, que será dividida entre os níveis federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços) e estadual/municipal (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). Isso vai tirar o Brasil de um longo período com um dos países com mais impostos do mundo.

Imposto do pecado

Esta foi uma das mudanças mais debatidas durante o processo de aprovação da Reforma. A regulamentação vai afetar diretamente o chamado "Imposto do Pecado", que abrange atividades consideradas nocivas à Saúde e ao Meio Ambiente.

O "Imposto do Pecado" tem o intuito de desestimular o consumo de produtos como cigarros, refrigerantes, bebidas alcoólicas e, neste caso, os veículos automotores.

A alíquota padrão estimada pelo Ministério da Fazenda é de 26,5%, mas os automóveis e motos terão um acréscimo devido ao imposto seletivo

Cashback

O projeto de regulamentação da reforma tributária (PLP 68/24) terá um apelo bastante social, sobretudo no que diz respeito ao cashback. O cashback beneficiará famílias que ganham até meio salário mínimo por pessoa, com a devolução de parte dos novos tributos sobre o consumo. Além do IBS, que é municipal e estadual, existe a Contribuição sobre Bens e Serviços, a CBS, que é federal.

A SEGUIR, CONFIRA AS PRINCIPAIS MUDANÇAS DA REFORMA TRIBUTÁRIA:

Reforma na prática

Após intenso debate no Congresso, ficou decidido que a Reforma Tributária entrará em vigor gradativamente a partir de 2026.

Primeiro em fase de testes e com a possibilidade de novas alterações, até ser colocada totalmente em prática em 2033.

Cesta básica

Todos os produtos da Cesta Básica terão alíquota zero. A nova reforma isenta de novos tributos aqueles itens considerados essenciais da cesta básica como arroz, leite, feijões, café, e ovos, entre outros.

Além deles, outro produto indispensável na dieta dos brasileiros entrará no pacote: as carnes bovinas, suínas e de aves.

A medida é uma das principais

mudanças da Reforma e vai, segundo o governo, "tornar os produtos básicos mais acessíveis, aliviando o orçamento das famílias, especialmente das mais vulneráveis".

Outros produtos, como frutos do mar, terão imposto reduzido a 60%.

Medicamentos

Outra grande conquista da Reforma é tornar produtos básicos de higiene pessoal, medicamentos considerados populares com tributo reduzido a 60%.

Já medicamentos considerados de alto custo continuarão a ter tributação zero.

Tributação única

Para o governo, a grande mudança da Reforma é a unificação, a partir de 2033, de cinco tributos – ICMS,

ALCKMIN: “UNINDO ESFORÇOS PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E DE RENDA”

Geraldo Alckmin participou como presidente em exercício da abertura do “Transformar Juntos 2024”, do Sebrae, e destacou iniciativas do Governo Federal para apoiar pequenas empresas

O vice-presidente da República Geraldo Alckmin destacou diversas iniciativas do Governo Federal de apoio às micro e pequenas empresas durante a abertura do evento Transformar Juntos 2024, promovido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Os ministros do Turismo, Celso Sabino, e do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, também estiveram presentes.

Entre os programas citados por Alckmin estão o Acredita, que oferece crédito com taxa de juros diferenciadas para os pequenos empreendedores, e o Desenrola Pequenos Negócios, para facilitar acesso a crédito e renegociação de dívidas. “Lançou agora com o Márcio França [ministro do Empreendedorismo] o Acredita, o Fundo de Aval do Sebrae e o Desenrola da Pequena Empresa. Já foram R\$ 2,5 bilhões renegociados. Quem estava devendo, você renegocia, consegue um novo crédito para poder crescer e poder avançar mais”, ressaltou Alckmin.

Alckmin enfatizou um conjunto de políticas e iniciativas governamentais voltadas para fortalecer as micro e pequenas empresas, promover inovação, sustentabilidade e facilitar o comércio exterior para impulsionar o desenvolvimento econômico do Brasil. Entre os destaques está



a desburocratização das licenças para exportação.

O evento Transformar Juntos 2024 acontece em Brasília e promove o debate e a troca de experiências sobre políticas públicas voltadas para os territórios e municípios, na área de compras públicas de micro e pequenas empresas; simplificação do ambiente de negócios; estímulo às economias portadoras de futuro com ações de turismo, sustentabilidade, economia criativa, inovação e energia, além de impulsionar a educação empreendedora no país.

O vice-presidente apresentou três indicadores-chave para avaliar a situação econômica do Brasil: taxa de desemprego, inflação e Risco Brasil. “A taxa de desemprego caiu para 7,1%. A inflação, que estava em 4,5, caiu para 3,7. E o Risco Brasil, que era 256, caiu para 160. Caiu o Risco Brasil, caiu o desemprego, caiu a inflação,

melhora a renda da população. Então, o que está impulsionando a economia é a renda, porque se cai a inflação e cresce o emprego, você melhora a renda da população”, detalhou Alckmin.

O ministro Luiz Marinho também participou da abertura do evento e destacou os números de geração de emprego formal no Brasil. Segundo o titular do Trabalho e Emprego, as pequenas empresas e negócios geram a maioria dos empregos formais no país.

“As oportunidades que temos que construir na sociedade no segmento empresarial é aqui que geram grande parte de empregos e trabalhos do Brasil. Registro a gratidão às pequenas empresas que atuam e trabalham duramente em cada dia do nosso país. Nesse processo de reconstrução, no ano passado geramos 1,5 milhão de empregos formais”, disse Luiz Marinho.

REFORMA TRIBUTÁRIA: UMA CONQUISTA DE TODO O POVO BRASILEIRO

Odair Cunha

Com o voto favorável da Bancada do PT, a Câmara aprovou na semana que passou a regulamentação da Reforma Tributária, a mudança mais estruturante da economia brasileira no pós-redemocratização. Trata-se de uma conquista histórica de toda a sociedade. O país passará a ter um sistema tributário justo, moderno, popular, simplificado, transparente e de padrão internacional, garantindo o fortalecimento da economia, aumento da produtividade, geração de empregos e promoção de distribuição de renda mais justa. Quem ganha menos pagará menos imposto.

A reforma, agora sob análise do Senado, melhora a renda do povo brasileiro porque diminui a tributação incidente sobre os produtos em geral. O substitutivo do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) ao projeto de lei Complementar (PLP 68/24), do Poder Executivo, que regulamenta a Reforma Tributária, foi aprovado por ampla maioria. É um avanço consolidado pelo Governo Lula, com dimensões econômica e social.

A carga tributária, hoje em aproximadamente 34,4%, será reduzida, segundo estimativas, para 26,5%. É um novo modelo ousado, que combate a sonegação, reduz a carga tributária, elimina a cumulatividade



e isenta de tributos os produtos da cesta básica saudável e nutritiva. Importante conquista foi a inclusão das proteínas animais (todas as carnes e alguns tipos de queijos) e do sal nos itens da cesta básica. A carne mais barata sempre foi um desejo do presidente Lula.

Para a população mais pobre, a Bancada do PT teve um papel estratégico na tramitação da matéria, com a inclusão do aumento para 100% do cashback em tributos federais aplicados à água, luz e esgoto, além do que já estava previsto para gás de cozinha. O cashback ("dinheiro de volta") foi criado como mecanismo de devolução dos tributos sobre bens e serviços adquiridos por famílias de baixa renda.

Esse aumento do cashback, incluído no texto final, consolida o princípio da justiça tributária. Significa mais dinheiro na mão do povo, para comprar e consumir mais coisas, inclusive carnes. A ampliação do cashback beneficia cerca de 73 milhões de pessoas.

Com a redução dos impostos, vai aumentar a renda disponível aos trabalhadores. As pessoas que estão no CadÚnico (com renda familiar per capita de até ½ salário mínimo) receberão o dinheiro do tributo de volta, no valor de 20% dos impostos em cada compra que for feita.

Hoje, com o peso dos tributos incidindo pesadamente sobre o consumo, os mais pobres são especial-

mente prejudicados, pois não têm capacidade de poupança e precisam gastar a maior parte do salário consumindo. Atualmente, 70% dos brasileiros pagam impostos sobre o consumo.

Do ponto de vista econômico, a expectativa é a melhor possível. Haverá maior atração de investimentos, aquecendo a economia. O IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) projetou crescimento econômico adicional de 2,39% somente durante a transição da mudança de sistema tributário. A Reforma é importante ferramenta para impulsionar o desenvolvimento econômico.

Debatido durante décadas, o novo modelo é estruturante e foi pensado para o projeto nacional de desenvolvimento sustentável com justiça fiscal e social. Dará aos agentes econômicos aumento da previsibilidade, estabilidade e confiabilidade da política econômica do Brasil. O dia a dia das empresas e dos contribuintes será simplificado. Diminuiu-se a carga tributária, mas, com a facilidade das regras, vai-se permitir arrecadar mais. Arrecadação justa, com a diminuição de fraudes e sonegação.

Importante destacar que a reforma permitirá gerar mais empregos - e de melhor qualidade - porque vai reduzir o peso sobre produtos industrializados. Calcula-se que em dez anos poderão ser gerados 12 milhões de novos empregos, com a diminuição da alíquota tributária. A mudança deve propiciar crescimento de 20% da economia do País, que ficará R\$2 trilhões mais rico. A previsão é de um ganho de produtividade de 2% do PIB durante 10 anos.

Trata-se de um grande avanço para o País e uma vitória do Governo Lula. Uma mudança estrutural que se insere no processo em curso de reconstrução nacional. Vamos inaugurar um novo tempo no Brasil.

Deputado federal por Minas Gerais e líder da Bancada do PT na Câmara dos Deputados



Ricardo Stuckert/PR

QUAEST E IPEC REFORÇAM ECONOMIA COMO BALIZADORA DA POPULARIDADE DE LULA

Matheus Tancredo Toledo

As pesquisas mais recentes divulgadas pela Quaest e pela IPEC confirmam a tendência identificada por levantamentos anteriores: a popularidade de Lula passa por ligeira melhora que interrompeu a tendência de deterioração da avaliação do governo Lula entre o final de 2023 e início de 2024. Os números indicam que houve deslocamento

relevante da opinião de segmentos chave da população, impulsionados por um arrefecimento da sensação de piora na economia. Portanto, os dados indicam que a economia segue sendo a balizadora da popularidade do governo.

Segundo a pesquisa Quaest, realizada entre os dias 5 e 8 de julho com duas mil entrevistas presenciais e margem de erro de 2 pontos percentuais (p.p.), a avaliação positiva (soma de ótimo e bom) passou de 33% para 36%,

enquanto a negativa caiu de 33% para 30%. A aprovação (quando o entrevistado só possui duas opções, uma positiva e outra negativa) passou de 50% para 54%, enquanto a reprovação caiu de 47% para 43% - um retorno ao exato patamar de dezembro de 2023. Já o levantamento IPEC, feito entre os dias 4 a 8 de julho com duas mil entrevistas presenciais e margem de erro de 2 p.p., a avaliação positiva subiu de 33% para 37% e a negativa oscilou de 32% para 31% - a aprovação foi

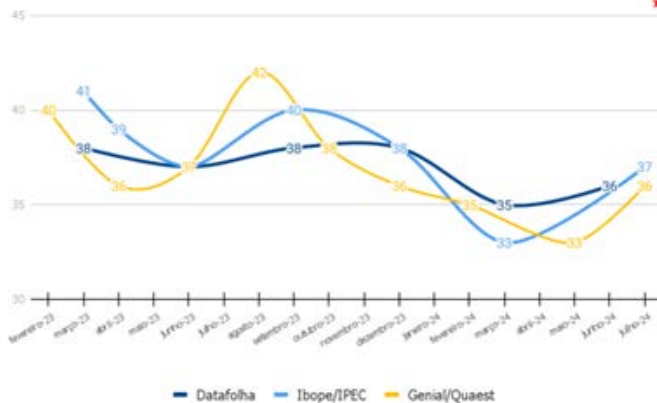
de 49% para 50% e a reprovação de 45% para 44%.

Alguns segmentos merecem destaque. No caso da avaliação positiva/aprovação, aumento principalmente na parcela mais pobre da população, com renda familiar mensal menor que 2 salários mínimos, de 37% para 43% segundo a IPEC e de 44% para 48% segundo a Quaest -- a aprovação subiu de 62% para 69%, segundo o mesmo instituto. Entre as mulheres, houve aumento de 33% para 38% segundo IPEC, 35% para 37% segundo Quaest -- na aprovação, subiu 6 p.p. desde fevereiro, chegando a 57%. Na avaliação negativa, houve queda entre evangélicos: a desaprovação caiu de 58% para 55% e de 59% para 52%, segundo IPEC e Quaest, respectivamente. Em relação ao Nordeste, as pesquisas divergem: IPEC aponta aumento de 43% pra 53% na avaliação positiva, enquanto Quaest traz uma manutenção em 48%.

A pesquisa Quaest explorou também a percepção dos brasileiros e brasileiras sobre temas econômicos. Houve ligeira queda no número que aponta piora na economia, de 38% para 36%, enquanto os que apontam melhora oscilaram de 27% para 28%. Entre a parcela mais pobre, aumento de 4 p.p. na percepção de melhora (6 p.p. desde fevereiro) e queda de 4 p.p. na sensação de piora (8 p.p. desde fevereiro).

A percepção sobre aumento de preços caiu em menor intensidade em relação aos alimentos e em maior grau nos combustíveis: a primeira oscilou de 73% para 70% (não houve variação significativa entre os mais pobres), enquanto o número de que apontam que os preços estão iguais subiu de 13% para 16%. Em relação aos combustíveis, houve queda significativa na percepção de aumento, de 51% para 44% desde fevereiro. Em pergunta que mede a avaliação sobre o poder de compra dos brasileiros, 63% dizem que está menor (4

AVALIAÇÃO POSITIVA GOVERNO LULA - TOTAL



p.p. a menos que em maio), 21% apontam que houve aumento (2 p.p. a mais) e 14% que está igual (2 p.p. a mais). Desde fevereiro, diminuiu a percepção de queda do poder de compra em todas as faixas de renda (4 p.p. na renda mais baixa; 3 p.p. na renda de 2 a 5 salários mínimos; 8 p.p. a menos na renda maior que 5 salários mínimos), ainda que o índice se mantenha acima de 60% nas três.

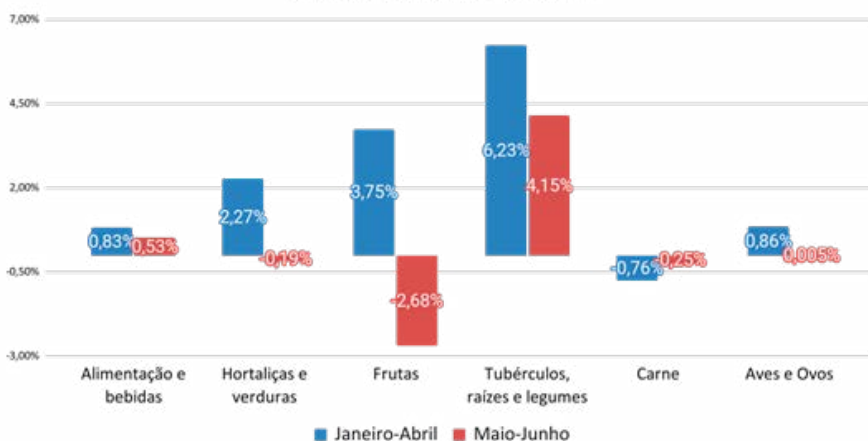
Olhando para os dados inflacionários, nota-se que o IPCA de itens alimentares com alta pressão sob o cotidiano dos brasileiros nos primeiros meses do ano se arrefeceu em maio e junho: o IPCA médio de alimentos no primeiro quadrimestre foi de 0,89% ao mês, enquanto em maio e junho caiu para 0,53% - itens como frutas apresentaram deflação, en-

quanto tubérculos/legumes deu sinais de desaceleração, indo de 6% ao mês para 4,14% na comparação média do primeiro quadrimestre com o último bimestre. Conseqüentemente, a sensação de aumento dos preços parou de subir e dá sinais de que pode diminuir.

Questionados sobre as críticas de Lula ao presidente do Banco Central, 66% da população concorda com elas, e o número é majoritário inclusive entre eleitores de Bolsonaro no pleito de 2022. Ainda, discordam que as falas de Lula foram responsáveis pelo aumento do dólar. Neste sentido, é possível extrair de ambas as pesquisas que a população brasileira quer mais poder de compra e juros mais baixos.

Matheus Tancredo Toledo é cientista político e analista do NOPPE/FPA.

IPCA - MÉDIA MENSAL POR PERÍODO



MAIS MÉDICOS: NOVO EDITAL BATE RECORDE COM 33 MIL INSCRITOS

Seleção do Ministério da Saúde inova com vagas afirmativas, no regime de cotas, para pessoas com deficiência e grupos étnico-raciais, como negros, quilombolas e indígenas. Do total geral de inscrições, 18,7 mil são mulheres (cerca de 57%).

O Ministério da Saúde comemora o recorde de adesão ao novo edital do programa Mais Médicos, com um total de 33 mil profissionais inscritos para disputar as mais de 3,1 mil vagas disponibilizadas. São 10,4 profissionais médicos por posto de trabalho, de acordo com o MS.

O novo edital conta com algumas novidades, como as vagas afirmativas, no regime de cotas, para pessoas com deficiência e grupos étnico-raciais, como negros, quilombolas e indígenas. Com isso, de acordo com o Ministério da Saúde, mais de 10,6 milhões de brasileiros serão beneficiados.

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, celebrou o crescimento do programa que, segundo ela, é essencial para o Sistema Único de Saúde promover o acesso de usuários em todo o Brasil.

“Feliz em ver o crescimento desse programa essencial para o SUS chegar a todo o país. Foram 33 mil inscrições para as 3,1 mil vagas, que pela primeira vez incluem cotas étnico-raciais e para pessoas com deficiência. E quase metade dos inscritos são médicos formados no país. Desde 2023, com a retomada do programa, implementamos melhorias, como a licença maternidade



e paternidade, além de incentivos à formação e fixação”, ressaltou a ministra.

Inscrições e vagas afirmativas

As vagas afirmativas para cotas em municípios para pessoa com deficiência (PCD) e grupos étnico-raciais receberam um total de 3,1 mil inscrições, sendo 2,6 mil negros, 34 quilombolas, 70 indígenas e 382 pessoas com deficiência. Do total geral de inscrições, 18,7 mil são mulheres (cerca de 57%).

Podem participar da seleção profissionais brasileiros, brasileiros formados no exterior ou estrangeiros, que continuarão atuando com Registro do Minis-

tério da Saúde (RMS). Os médicos brasileiros formados no Brasil continuam a ter preferência na seleção.

Desde 2023, com a retomada do Mais Médicos, o o governo Lula implementou melhorias no modelo do programa, onde os profissionais contam com oportunidades de especialização e mestrado por meio da Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde, que integra os programas de formação, provimento e educação pelo trabalho no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Com Agência PT e Agência Gov



O caderno de vacinação em dia voltou a ser motivo de orgulho no país.

BRASIL RETOMA REPUTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO E SAI DA LISTA NEGATIVA

Com o último governo, o negacionismo levou o Brasil a integrar a lista dos 20 países com mais crianças não vacinadas do mundo. Novo relatório da OMS/UNICEF, divulgado na segunda (15), mostra que o número de crianças brasileiras que não receberam nenhuma dose da DTP caiu de 418 mil em 2022 para 103 mil em 2023

O Brasil avançou na imunização infantil e conseguiu sair da lista dos 20 países com mais crianças não imunizadas no mundo. O dado faz parte das estimativas da Organização Mundial da Saúde e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que, na segunda-feira (15), lançaram novos relatórios sobre imunização infantil em âmbito global.

Enquanto a maioria dos países não conseguiu alcançar as metas, o Brasil se destacou positivamente, mesmo após enfrentar quedas consecutivas nas coberturas vacinais desde 2016. Em 2023, o governo brasileiro anunciou o Movimento Nacional pela Vacinação, com o objetivo de retomar a confiança da população na ciência, no Sistema Único de Saúde (SUS) e nas vacinas.

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, relembra que o Brasil começou a ver a perda de conqui-



Zé Gotinha: parceiro estratégico na divulgação do Programa Nacional de Imunizações.

tas importantes do programa de vacinação, como a erradicação da varíola e a eliminação da circulação do vírus da poliomielite.

“Mas nós revertemos esse cenário. Em fevereiro de 2023, logo que assumimos a gestão, demos largada no Movimento Nacional pela Vacinação, um grande pacto para a retomada das coberturas vacinais. O Zé Gotinha viajou pelo Brasil, levando a mensagem de que vacinas salvam vidas. E hoje, com o reconhecimento do Unicef e da Organização Mundial da Saúde, confirmamos que o Brasil se destacou positivamente com a retomada das coberturas vacinais”, defende.

“Tudo isso foi possível com o empenho e o trabalho dos profissionais da saúde e dos gestores estaduais e municipais. Nosso agradecimento a todos aqueles que se mobilizaram, que levaram as crianças para atualizar a caderneta de vacinação e que confiaram no Sistema Único de Saúde”, completou a ministra.

Os avanços brasileiros fizeram com que o País saísse do ranking dos 20 países com mais crianças não imunizadas do mundo. Em 2021, o Brasil ocupava o 7º lugar nesse ranking e, em 2023, ele não faz mais parte da lista. Foi justamente no ano passado que 13 das 16 principais vacinas do calendário infantil apresentaram aumento das suas coberturas vacinais em todo o Brasil, se comparadas às coberturas registradas em 2022.

Transparência

A atual gestão do Ministério da Saúde também promoveu uma mudança no painel de registro de aplicação das vacinas para dar mais transparência e agilidade aos dados. Até 2022, as vacinas de rotina tinham os registros de doses aplicadas inseridos em diversos sistemas de informação próprios dos estados, municípios e do Distrito Federal. Eles eram compilados pela pasta

e apresentados por um painel na plataforma Tabnet, o chamado Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SIPNI web ou “Legado”).

Caderneta digital

A partir de 2023, todos os dados vacinais foram redirecionados para a Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), com as doses aplicadas atreladas a um número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Cartão Nacional de Saúde (CNS). A reestruturação é uma reivindicação antiga do setor e migra os dados para um sistema mais abrangente, flexível e oportuno. A novidade permitiu que a caderneta digital de vacinação se tornasse uma realidade. A partir da completa migração entre os sistemas, cada cidadão poderá consultar a própria situação vacinal online, por meio do Meu SUS Digital, como já acontece com as doses de vacinas da Covid-19.

GOVERNO REAJUSTA BOLSA ATLETA EM ATÉ 10,68% APÓS 14 ANOS SEM CORREÇÃO

Presidente Lula assinou o decreto que regulariza a defasagem do Bolsa Atleta: são 14 anos de atraso. programa terá 10,68% de aumento já a partir de julho

Redação Focus Brasil

O clima olímpico já toma conta do país - e as notícias são boas para atletas. Às vésperas do embarque das delegações para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Paris, os 9.075 integrantes do Bolsa Atleta receberam um incentivo adicional na última semana (11/7).

Em solenidade no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto que reajusta o valor de repasse do programa em 10,86%. O evento contou com a presença de diversos atletas olímpicos e paralímpicos, dirigentes esportivos, o ministro do Esporte, André Fufuca, e a primeira-dama, Janja.

Os novos valores começam a ser pagos ainda neste mês, entre os dias 15 e 18. O reajuste é o primeiro em 14 anos. Com a medida, dos 277 convocados pelo Comitê Olímpico Brasileiro para representar o país na França, os 247 bolsistas do Governo Federal (89% do total) já embarcaram com a garantia de valores reajustados.

“Quando resolvemos criar o Bolsa Atleta, era porque a cultura brasileira muitas vezes não levava em conta que, antes de as



O presidente Lula, atletas olímpicos e paralímpicos, dirigentes esportivos e autoridades no Palácio do Planalto: reforço ao alto rendimento.

personas virarem famosas e terem patrocínio privado, muitas não tinham sequer um tênis para praticar esporte”, lembrou Lula, referindo-se à origem do programa, em 2004, em seu primeiro mandato à frente da Presidência.

“Eu sei o que significou o Bolsa Atleta. Quando a gente conhece a sociedade brasileira, sabe que para muita gente, R\$ 3 mil, R\$ 4 mil faz muita diferença. Pode ter gente que fala que R\$ 3 mil não dá, R\$ 2 mil não dá. Mas tem gente que precisa de R\$ 1 mil. Tem

gente que precisa até de menos, para falar: ‘Vou vencer na vida’. E foi assim que criamos o Bolsa Atleta”, completou o presidente.

Ele frisou que considera obrigação do Estado assegurar condições para que atletas desenvolvam seus talentos. “O empresário não tem obrigação de olhar para um atleta que ainda não tem medalha, mas o Governo tem que olhar para todos, para aqueles que podem no futuro ganhar se tiverem condições de praticar esporte”, afirmou Lula.



ÁUDIO OBTIDO NA INVESTIGAÇÃO DA ABIN PARALELA REVELA TENTATIVA DE BOLSONARO EM BLINDAGEM DE FLÁVIO

A gravação feita em 2020 por Ramagem, no comando da Abin, teve o sigilo derrubado pelo ministro Alexandre de Moraes

Redação Focus Brasil

Nesta segunda-feira (15), o ministro Alexandre de Moraes retirou o sigilo de uma gravação feita durante a investigação do caso relacionado à chamada “Abin Paralela” - um suposto esquema de espionagem ilegal feita pela agência de inteligência subordinada à Presidência da República durante a gestão de Bolsonaro.

O áudio, de acordo com informações da Polícia Federal, foi captado por Alexandre Ramagem, que estava no comando da Abin, em uma reunião em setembro de 2020 e trouxe pontos sensíveis de uma conversa envolvendo o então presidente Jair Bolsonaro, o general Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, e as advogadas de Flávio Bolsonaro sobre os desdobramentos da investigação da qual o senador era

o alvo, o esquema das rachadinhas.

“Neste áudio é possível identificar a atuação do Alexandre Ramagem indicando, em suma, que seria necessário a instauração de procedimento administrativo contra os auditores da Receita com o objetivo de anular a investigação, bem como retirar alguns auditores de seus respectivos cargos”, afirma a PF.

A polícia teve acesso à gravação a partir de Ramagem, no âm-

bito da apuração dos trabalhos realizados pela Abin naquele período, com isso, acabou sendo revelada uma reunião que evidencia uma tentativa do presidente Bolsonaro de blindar seu filho em uma investigação que surgiu graças a auditores da Receita Federal.

Abin Paralela

A quarta fase da operação que investiga a atuação da chamada "Abin paralela" foi deflagrada na última quinta-feira (11) pela Polícia Federal. Foram cumpridos cinco mandados de prisão preventiva e sete mandados de busca e apreensão, a partir do Supremo Tribunal Federal, em Brasília, Curitiba, Juiz de Fora, Salvador e São Paulo.

Dentre os presos, estão agentes que trabalhavam diretamente para Alexandre Ramagem, que atualmente é deputado federal e pré-candidato a prefeito do Rio de Janeiro pelo PL, além de ser ligado à família Bolsonaro, que tem o vereador Carlos Bolsonaro (PL) como um dos investigados no âmbito da operação.

Os sete alvos são influenciadores digitais que trabalhavam para o chamado "gabinete do ódio" e policiais cedidos à Abin: Mateus de Carvalho Spósito, Richards Pozzer, Marcelo Araújo Bormevet e Giancarlo Gomes Rodrigue e Rogério Beraldo de Almeida, José Matheus Sales Gomes e Daniel Ribeiro Lemos.

A espionagem da Abin paralela utilizava o software de monitoramento First Mile e teve uma lista variada de espionados, dentre representantes do judiciário, como ministros do STF, e políticos, em especial aqueles que participaram da CPI da Covid e outros considerados desafetos do bolsonarismo pelo viés da direita; no campo da comunicação, jornalistas também foram monitorados. Entidades como a ABL, Associação Brasileira de Impren-



Marcelo Camargo/Agência Brasil

CERCO FECHADO - Ministro Alexandre de Moraes retira sigilo de áudio da reunião sobre uso ilegal da Abin: ideia era obter dados do inquérito envolvendo o filho de Bolsonaro



Agência Brasil

sa, e a Fenaj, Federação Nacional dos Jornalistas, repudiaram o que consideram um ataque à liberdade de imprensa.

Facada

Segundo o documento da PF, houve registros de pesquisas no sistema espião de uma operação denominada "Adelito", uma possível referência a Adélio Bispo, autor do atentado contra Jair Bolsonaro em 2018, durante

a campanha eleitoral em Minas Gerais.

A polícia encontrou 114 pesquisas no software feitas pelo grupo, em abril de 2020; segundo o relatório, o indicativo de que os investigados buscavam saber se havia relação entre Adélio e opositores do ex-presidente, incluindo o ex-ministro José Dirceu (PT), na perspectiva de discordar do resultado da investigação da PF que apontou que o autor do atentado havia agido sozinho.



Reprodução Câmara dos Deputados

PEC DE COTA DE 30% PARA CANDIDATURAS PRETAS E PARDAS NO FUNDO PARTIDÁRIO É APROVADA

A PEC aprovada também cria o Programa de Recuperação Fiscal (Refis) para partidos políticos quitarem seus débitos. A aprovação contou com apoio da bancada do PT

Agência PT

Com o voto favorável da Bancada do PT, a Câmara aprovou nesta quinta-feira (11), em dois turnos, a proposta de emenda à Constituição (PEC 9/23), que dispõe sobre a obrigatoriedade, parâmetros e condições de aplicação de recursos financeiros para candidaturas de pessoas pretas e pardas. “Isso vai significar o fortalecimento de mais candidaturas

negras e o combate às desigualdades”, afirmou a deputada Dandara (PT-MG).

O texto determina que 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do Fundo Partidário sejam destinados às candidaturas de pessoas pretas e pardas nas circunscrições que melhor atendam aos interesses e estratégias partidárias.

O financiamento nas candi-

daturas negras, de mulheres negras, de jovens negros, na avaliação da deputada Dandara, é um definidor, “sem dúvida nenhuma é determinante para que possamos chegar lá”. Ela explicou que quando a PEC 9 foi colocada, inicialmente simplesmente com o objetivo de anistiar os partidos que não cumpriram as cotas, ela não teve dúvida ao se posicionar contra. “Mas hoje nós conseguimos aqui um feito histórico. Os partidos não serão anistiados.



Reprodução/Benedita da Silva

Eles deverão pagar aquilo que devem às candidaturas negras”, comemorou.

Os partidos, explicou a deputada, terão até quatro eleições para quitar os seus débitos. “Não vão simplesmente passar dinheiro para a Justiça Eleitoral, por meio de multas, juros... Essa PEC estipula a obrigatoriedade de 30% no fundo eleitoral para as candidaturas negras. Isso também é um feito histórico. Não está numa resolução, estará na Constituição Federal a obrigatoriedade”, enfatizou.

Dandara afirmou que tem muita tranquilidade de dizer ao movimento negro brasileiro que a elegeu que a PEC aprovada tem pontos muito importantes e significarão uma mudança de patamar para as candidaturas negras brasileiras. “A obrigatoriedade de 30% do financiamento para os negros estará na Constituição e tudo aquilo que não foi investido em eleição passada deverá ser paga ao povo negro brasileiro”, reiterou.

Direitos de pretos, pardos e mulheres

As deputadas petistas, Benedita da Silva (RJ) e Reginete Bispo (RS) também destacaram que a cota para as candidaturas de pessoas negras e pardas é fundamental, mas alertaram que o texto é omissivo quando diz que são 30% dos recursos, mas sem estabelecer se esse percentual é mínimo, ou se é máximo. “Se não há as palavras mínimo ou máximo, vai ficar à deriva ou o partido vai fazer a seu critério e a seu interesse. Nós precisamos ter claramente as obrigatoriedades dos partidos e a garantia da execução dos direitos de pretos, pardos e mulheres”, argumentou.

Ela acrescentou que o Fundo Eleitoral é muito importante para as candidaturas dos negros e pardos. “Depois do Fundo Eleitoral, essa participação foi ampliada. Em 2014, nós tínhamos 44% das candidaturas autodeclaradas negras e elegemos 24% dessas candidaturas. Em 2018, nós tínhamos 46% das candidaturas

autodeclaradas negras e elegemos 28% dessas candidaturas. Em 2022, nós tínhamos 50% das candidaturas autodeclaradas negras e elegemos 32% dessas candidaturas”, citou.

Reginete também considerou uma falha do texto a ausência da Comissão de Heteroidentificação, “porque nós temos aqui uma bancada hoje de 135 parlamentares negros, sendo que a maioria nem sequer chega perto de ser negra”, criticou.

E também ao defender a PEC, a deputada Carla Ayres (PT-SC) destacou o esforço que foi feito em plenário, em uma construção, com parte das bancadas feminina e negra e com as lideranças partidárias, para melhor uma proposta que apresentava uma anistia total aos partidos, sem nenhum compromisso com as mulheres e com o povo negro, com as eleições neste País. “Nós não estamos promovendo essa anistia, mas recuperando recursos que iriam para o fundo do TSE e recolocando no investimento das candidaturas negras deste País”, comemorou.



Ricardo Stuckert/PR

GOVERNO FEDERAL DESTACA RESULTADOS ALCANÇADOS NA AGRICULTURA COM CAMPANHA “FÉ NO BRASIL”

Peças lançadas no domingo (14) ressaltam avanços como o a destinação de R\$ 1 bi para compra de alimentos da agricultura familiar, além da abertura de novos mercados mundiais e o lançamento do maior Plano Safra da história

Agricultura brasileira tem vivido um momento de grande crescimento e de orgulho para o país. Agricultores familiares, por exemplo, têm produzido comida saudável e de qualidade para o Brasil inteiro. Com isso, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) destinou R\$ 1 bilhão para a compra dessa produção, fortalecendo a soberania alimentar. O agronegócio, por sua vez, mostra potência ao impulsionar o crescimento da economia e ganhar o mundo: entre janeiro de 2023 e junho de 2024 foram 153 novos mercados abertos para os produtos brasileiros em 53 países dos cinco continentes.

Além disso, para a agricultura brasileira continuar cada vez mais forte, sustentável e competitiva, o Governo Federal lançou o maior Plano Safra da história. São mais de R\$ 476 bilhões em diversas linhas de crédito mais

barato e em melhores condições para o pequeno, médio e grande produtor rural investir em máquinas, tecnologia, inovação e na sustentabilidade de seu negócio, com a segurança de que o Governo Federal é seu maior parceiro.

Para ressaltar as principais conquistas na agricultura e mostrar que o Brasil está no rumo certo, o Governo Federal divulga neste domingo, 14 de julho, um novo vídeo da campanha "Fé no Brasil". A campanha foi lançada no início de maio, com foco inicial nos avanços na economia, mas que foi pausada para que toda a atenção fosse dedicada à crise climática no Rio Grande do Sul.

O vídeo destaca que os investimentos federais e o lançamento de linhas de crédito para pequenos, médios e grandes produtores rurais impulsionam a agricultura familiar e o agronegócio e que são bons para todo mundo. O objetivo é incentivar

que todos mantenham a fé no Brasil – e acreditem que o país caminha para um futuro melhor. Bem como lembrar que há muito trabalho sendo feito para que a população colha ainda mais oportunidades. Afinal, "melhorar a agricultura é bom para quem produz, é bom para quem consome, é bom para todo mundo", lembra o vídeo.

Dividida em quatro campos temáticos (educação, saúde, agricultura e economia) de interesse da sociedade, a campanha conta com um filme-base para cada um dos eixos.

Com 60 segundos de duração, as peças apresentam nuances de discurso para conversar com diferentes faixas da população, tanto na mídia tradicional quanto no ambiente digital. Todos os vídeos terão uma versão reduzida, de 30 segundos

A campanha "Fé no Brasil" será veiculada nos seguintes meios: TV (canais abertos e pagos), revista, jornal, mídia exterior, rádio, cinema e internet (redes sociais).



INVESTIR NA AGRICULTURA.
Isso é bom pra todo mundo.

FÉ NO BRASIL
A GENTE TÁ NO RUMO CERTO.

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

IA: HÁ ESPAÇO PARA O BRASIL INVESTIR NESSA INDÚSTRIA, POR JOSÉ DIRCEU

Brasil tem boas universidades com centros de pesquisa, financiamento e recursos humanos. Mas precisa proteger dados, principal insumo da IA, aponta Dirceu, em artigo

José Dirceu

Foi mais do que oportuna a iniciativa do presidente Lula de encomendar um Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) que está sendo desenvolvido sob a coordenação de Ministério da Ciência e Tecnologia. Afinal, esta é uma indústria em expansão nos países desenvolvidos e que deve

dominar o cenário da economia nesta e nas próximas décadas. Segundo projeções da empresa de consultoria Statista, o mercado mundial de IA deve atingir, ao final deste ano, US\$ 184 bilhões, chegando em 2030 a US\$ 826,7 bilhões.

E o Brasil não pode, como em outras tecnologias de ponta, ficar refém dos conglomerados de tecnologia estrangeiros, limitando-se ao subalterno papel de

usuário de produtos e serviços fornecidos por estas empresas. Se queremos alterar nossa posição na divisão internacional do trabalho, temos que investir em P&D e inovação para criarmos empregos de qualidade no país e não somente empregos de baixa produtividade.

O PBIA tem que ser articulado com o Nova Indústria Brasil que, no meu entendimento, é um dos três eixos que deveriam compor

um programa de desenvolvimento para o país, para articular em torno dele os diferentes segmentos da sociedade. Os outros dois eixos seriam, também, programas já lançados por Lula: o PAC, que concentra investimentos em energia, óleo e gás, Minha Casa, Minha Vida e obras de infraestrutura, prioritariamente; e o Plano de Transformação Ecológica.

O PBIA, que atualiza a atual Estratégia Brasileira de IA, focada no uso de sistemas de IA, deverá ser apresentado na 5ª Conferência de Ciência e Tecnologia, marcada para os dias 31 de julho e 1 de agosto. Chamou-me a atenção que a versão preliminar que circula no interior do governo, segundo artigo do sociólogo Sergio Amadeu e da jornalista Lia Ribeiro Dias publicado no site GGN mantenha o foco no uso de IA e no desenvolvimento de aplicativos, sem dar ênfase ao desenvolvimento de tecnologias essenciais para a indústria de IA, como os modelos.

Se o artigo estiver correto em relação ao conteúdo da versão preliminar, é importante que o PBIA seja mais audacioso. É verdade que o desenvolvimento de modelos exige elevados investimentos, mas nem por isso devemos nos resignar em sermos só produtores de aplicativos para os modelos das empresas estrangeiras - o mercado de IA é liderado por empresas dos Estados Unidos; o segundo maior investidor na área é a China. Com isso, só vamos reforçar o poder desses oligopólios de tecnologia.

É mais do que claro que não se pode pretender que o Brasil seja autossuficiente na produção de sistemas de IA, nem que, no curto prazo, vá integrar o seleto grupo de líderes dessa indústria. Mas no médio e longo prazo, poderá construir seu espaço na indústria de IA. Temos que aca-



Reprodução

JOSÉ DIRCEU: “Temos que acabar com o complexo de vira-lata, de que tecnologias disruptivas só podem ser desenvolvidas pelas multinacionais de tecnologia porque o país não tem capacidade de investimento. Isso só em parte é verdade”

bar com o complexo de vira-lata, de que tecnologias disruptivas só podem ser desenvolvidas pelas multinacionais de tecnologia porque o país não tem capacidade de investimento. Isso só em parte é verdade. Se o PBIA definir em que áreas atuar e concentrar recursos e foco, pode, sim, desenvolver tecnologia no coração da indústria de IA e não somente soluções secundárias, que mantêm e ampliam nossa dependência tecnológica que, no caso da indústria de IA, é mais complexa do que a que experimentamos no mundo industrial.

Um bom exemplo que deve ser levado em conta pelos formuladores do PBIA é o da Itália. O país, hoje, não tem relevância de IA. Mas está buscando um caminho próprio. O Sapienza NLP - Grupo de Pesquisa em Processamento de Linguagem Natural da Universidade Sapienza de Roma anunciou, em abril deste ano, o lançamento dos modelos Minerva, uma nova família de modelos de linguagem treinados do zero para o idioma italiano. Os modelos, baseados em base de dados de código aberto de mais de

500 bilhões de palavras, visam atender a uma ampla gama de necessidades de aplicação, desde a compreensão da linguagem natural até a geração de texto, da tradução automática ao suporte automatizado ao cliente.

Em suas falas sobre o PBIA, Lula tem dito que quer uma Inteligência Artificial que fale “brasileiro” e que o Sul global venha a ter sua IA para competir com a indústria do Norte. No caso brasileiro temos universidades com centros de pesquisa de excelência, um sistema de financiamento que pode ser adaptado para finalidades estratégicas e empresas de tecnologia que podem ser parceiras de projetos de desenvolvimento de IA. E temos os dados, o principal insumo para o desenvolvimento de sistemas de IA.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços está trabalhando em um projeto para adensar a cadeia da indústria de IA no Brasil e negocia com o BNDES recursos para apoiar o desenvolvimento de modelos de linguagem por três empresas brasileiras de tecnologia.

Política de dados

Pelo que se sabe, a versão preliminar do PBIA também não menciona a necessidade de uma política de proteção dos nossos dados públicos e estratégicos. Mas esta política é essencial para o próprio desenvolvimento da indústria de IA, pois o treinamento de modelos demanda uma grande quantidade de dados: bilhões e até trilhões de parâmetros.

A União Europeia já despertou para a necessidade de medidas de proteção econômica de seus dados – até então, a preocupação estava centrada em políticas de proteção da privacidade dos dados de cidadãos e empresas e na defesa de direitos. E a China anunciou, recentemente, que vai promover reformas relacionadas à alocação orientada do mercado de elementos de dados e colocar ativos de dados (ativos intangíveis) nos balanços das empresas. Com isso, espera estimular as empresas a desenvolver e usar dados, promover sua circulação e o comércio de recursos de dados e capacitar o desenvolvimento econômico e social.

O governo brasileiro também começa a olhar para a importância dos dados na economia. Em seu discurso na Cúpula do Mercosul no dia 8, em Assunção, no Paraguai, o presidente Lula defendeu uma política de soberania digital. “A governança regional de dados no Mercosul é vital para nossa soberania futura e para o desenvolvimento da IA (...) É preciso habilitar a região a desenvolver capacidade própria de coletar, processar e armazenar dados, insumo fundamental para avançar no desenvolvimento tecnológico e na digitalização da indústria regional”.

Em artigo que publiquei no



MARCIO POCHMANN - Presidente do IBGE quer lei para garantir “soberania de dados” no país. Objetivo é criar Sistema Nacional de Geociência, Estatísticas e Dados

Congresso em Foco, comentei que a economia dos dados impacta de forma distinta países desenvolvidos e países periféricos dependentes. Pela simples razão de que os países centrais são os que desenvolvem as tecnologias de ponta e detêm a infraestrutura tecnológica e legal que suporta a produção e armazenamento das bases de dados, enquanto os países dependentes são consumidores de tecnologia e exportadores de matérias-primas e produtos de baixo valor agregado.

Diante desse cenário de crescimento exponencial das bases de dados e da concentração de seu armazenamento – cinco empresas detêm 80% do mercado –, o que vem ocorrendo é que os dados dos países periféricos em poder do Estado (também de países centrais, mas estes contam com o enforcement regulatório que mitiga em parte o po-

der abusivo das companhias de tecnologia) estão sendo transferidos de infraestrutura própria pública para bases de dados de companhias de tecnologia estrangeiras e, muitas vezes, armazenados fora do país.

A preocupação com a soberania dos dados tem que estar no centro da política pública de qualquer país e, com mais razão, de um país como o nosso, que precisa dar um giro vigoroso para alterar sua posição na divisão internacional do trabalho. Só com investimento em pesquisa e inovação vamos conseguir desenvolver tecnologias de ponta, como os sistemas de IA, e criar as condições para a produção de produtos de maior valor agregado.

José Dirceu é ex-ministro-chefe da Casa Civil, ex-deputado federal (PT-SP) e ex-deputado estadual pelo estado de São Paulo. Artigo publicado originalmente no *Metrópoles*



EM DISCO DE ESTREIA, YAGO OPROPRIO FUNDE “MÚSICA DE PROTESTO” COM BALADAS EXISTENCIALISTAS

O recado foi direto ao ponto, sem trocadilhos e peripécias vocais - recursos tão caros aos singles que o revelaram para o Brasil

Henrique Nunes

“Farei uma pausa para lançar o melhor disco do ano”, garantiu o rapper Yago Oproprio, em publicação feita no Instagram no início de março.

Para os fãs, cada vez mais numerosos, a afirmação nada tinha de soberba. Desde o mega su-

cesso de Imprevisto, em 2022, Yago tem entregado tudo sem falsas promessas. Ele fala, vai lá e cumpre.

De novo. Oproprio, o disco, chegou no dia 28 de maio e já tem cara de clássico.

Além da lírica afiada para construir crônicas urbanas, marca presente desde os bem su-

cedidos singles Helipa, Amor Incendiário e, claro, Imprevisto, Yago Oproprio mostra agora, em seu primeiro álbum, que também sabe “pisar no freio”. Falar manso.

Bom, pelo menos nas harmonias e no jeito de cantar, porque a mensagem continua a ter o peso de coquetéis molotov lan-

çados contra o sistema, contra desilusões amorosas e até contra o bilhete de metrô.

A rebeldia, ainda que mais contida, dita o ritmo de cada uma das dez faixas. É o que vemos (e ouvimos) em Jejum: Se nois tá junto não precisa de revólver/BOPE fica em CHOQUE quando vê a revolta popular". Ou em Inofensiva, em que reflete sobre a inevitável submissão da classe trabalhadora às normas impostas pelo patrão: Penso na desculpa/Antes pra me ausentar da culpa/Sem entender a solução/Mais uma noite atordoado na segunda/Falha na conduta/Nem quero saber que horas são".

A esta altura, se você ainda não o conhece, deve pensar que só tem "oreiada" nas letras - termo usado por Emicida para músicas que querem passar recado para determinado público alvo, quase sempre com cara de lição de moral.

Ele próprio, Yago, deve ter feito cálculos para não parecer um grande paladino da moralidade ao intercalar faixas mais densas e engajadas no meio de outras com temática, digamos, menos politizadas.

Em Catedrais, por exemplo, Yago questiona a própria fé ao dizer: "Ando no Centro visitando Catedrais/Já não acredito em Jesus ou Satanás/O tempo passa, eu quero provas mais cabais".

Até aqui, o clima parece meio nublado, como num domingo frio e soturno de São Paulo. O sol, no entanto, logo reaparece em Fora do Tom - em melodia que flerta com ícones contemporâneos da MPB. "Vou juntando os meus pedaços pra saber quem sou/Distribuindo meus retalhos por aí/Vou descobrir como chegar a pé."

A pé, numa satisfatória caminhada intranquila, chegamos ao auge do álbum com aquela que talvez seja a faixa com maior po-

Divulgação



tencial de hit, embora o sol aqui seja apenas uma projeção a ser alcançada. "Seguindo meu caminho/Olhando o horizonte/Me sinto bem melhor que ontem/Pois entendi que nada é definitivo". Segundo Yago, Melhor que Ontem é para ser ouvida logo após o término de uma relação, mas muita gente entendeu como um mantra anti-depressão.

Ainda há tempo para se divertir quase que descompromissadamente em Linha Azul, onde relata um dia pulando catracas e guardando o dinheiro da passagem para comprar salgadinhos.

Yago Oproprio apresentará o álbum na íntegra pela primeira vez em show (já com ingressos esgotados) marcado para o próximo dia 20 de julho na Áudio, em São Paulo. O menino de 29 anos, nascido na Zona Leste da Capital, que já morou na Venezuela, tem tudo para se confirmar como um dos grandes da sua geração. E, ao que tudo indica, com o melhor disco de 2024.

Em 2022, Oproprio "declarou voto" em mensagem anti-Bolsonaro

Lançada em meio a um dos processos eleitorais mais turbulentos da história, em 2022, a faixa Questão de Tempo não poupa críticas ao desgoverno de Jair Bolsonaro, deixando claro que de lado estava - mesmo sem citar Lula na letra.

No trecho "Tô relatando um país de cara a tapa/ Se a ditadura for voltar então já me mata/ Porque daqui pra frente vai ser só desgraça", ele mostrava preocupação com a postura autoritária do então mandatário da República.

Depois, cita Bolsonaro nominalmente para denunciar a hipocrisia e preconceito da classe média brasileira: Idolatrava o seu mestre Bolsonaro/ Sonhava em ser gerente, mas já era aposentado/ Mantinha duas filhas muito bem treinadas, educação Tapa na cara e com preto cê não namora/



X: EMPRESA DE ELON MUSK PODE SER MULTADA EM ATÉ 6% DE SEU FATURAMENTO GLOBAL

Primeiros passos de uma investigação da Comissão Europeia sobre a plataforma X confirma que a empresa de Elon Musk viola a Lei de Serviços Digitais. O X pode ser a primeira empresa com mais de 45 milhões de usuários a sofrer sanções e receber uma multa de 6% do seu faturamento global.

Fernanda Otero

A Comissão Europeia divulgou na sexta-feira, 12, o resultado preliminar de uma investigação em andamento sobre o conteúdo publicado na plataforma X e constatou que a empresa violou a Lei de Serviços Digitais, que entrou em vigor em feverei-

ro deste ano.

A iniciativa monitora Plataformas Online Muito Grandes (VLOP) e os Serviços de Busca Online Muito Grandes (VLOES). O X pode ser a primeira empresa com mais de 45 milhões de usuários a sofrer sanções e receber uma multa de 6% do seu faturamento global.

Em comunicado à imprensa, a CE afirma que “com base em

uma investigação aprofundada e na análise de documentos internos da empresa, entrevistas com especialistas e cooperação com Coordenadores Nacionais de Serviços Digitais” foram encontradas evidências de “não conformidade em três queixas: Padrões Obscuros: práticas que manipulam ou enganam usuários para tomar decisões involuntárias; Transparência de Pu-

blicidade: falta de clareza em relação à origem e contexto dos anúncios exibidos; e Acesso a Dados para Pesquisadores: falta de acesso adequado a dados públicos disponíveis, prejudicando a capacidade de pesquisa independente.

A queda do selinho azul

O Comissário de Mercado Interno, Thierry Breton, um dos responsáveis pela criação da Lei de Serviços Digitais da União Europeia, comentou também sobre a descaracterização do tradicional selo azul, que conferia autoridade e confiança a jornalistas e pessoas públicas. Hoje a coisa é diferente.

"Antigamente os Blue Checks representavam fontes de informação confiáveis. Agora, com o X, consideramos, a título preliminar, que eles enganam os usuários e infringem a lei". O comissário informou ainda que "o X tem o direito de defesa, mas se o nosso ponto de vista for confirmado, aplicaremos multas e exigiremos alterações significativas".

Elon Musk respondeu à CE em postagens no X escrevendo que a Comissão tinha oferecido ao X um "acordo secreto ilegal" para evitar uma multa concordando em censurar silenciosamente os usuários. Ele também ameaçou com uma ação legal contra a Comissão.

"Estamos ansiosos por uma batalha muito pública no tribunal, para que o povo da Europa possa saber a verdade," escreveu Musk. Breton respondeu no X que não houve acordo secreto e disse que foi a própria equipe de Musk que pediu à comissão detalhes sobre a reclamação.

"Fizemos isso de acordo com procedimentos regulatórios estabelecidos. Cabe a você decidir se vai assumir compromissos ou não. É assim que funcionam os



Daniel Oberhaus/Wikimedia Commons

O bilionário Elon Musk, dono do X, o antigo Twitter, e da Tesla Motors

procedimentos do Estado de direito. Vejo você (ou não) no tribunal", escreveu Breton.

O selo azul de verificação no Twitter, rebatizado de X após ser adquirido por Musk, surgiu em 2009, depois de o rapper Kanye West e o ex-jogador de basquete Shaquille O'Neal reclamarem sobre a falsificação de suas identidades na plataforma. Naquele ano, o Twitter implementou um símbolo de verificação, que era uma marca branca em um círculo azul-claro com bordas recortadas, que ficou conhecido como "selo azul". Esse selo era atribuído a contas de figuras públicas e empresas confirmadas como autênticas pela equipe do Twitter. Embora não haja uma divulgação oficial, acredita-se que a escolha do símbolo possa estar relacionada à palavra latina "veritas", que significa "verdade."

No Brasil, pesquisadores do Universidade Federal Fluminense usam IA para detectar fakes

Uma pesquisa desenvolvida na Universidade Federal Flumi-

nense (UFF) desenvolveu um método para detecção de notícias falsas, as chamadas fake news, nas redes sociais, com o uso de inteligência artificial (IA), informa a Agência Brasil. A técnica é fruto de estudo desenvolvido pelo engenheiro de telecomunicações Nicollas Rodrigues, em sua dissertação de mestrado pela universidade.

O estudante e seu orientador, Diogo Mattos, professor do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Redes de Nova Geração da UFF, desenvolveram uma ferramenta de IA capaz de diferenciar fatos de notícias falsas, a partir da análise de palavras e estruturas textuais, com precisão de 94%.

Ou seja, a cada 100 notícias analisadas, a ferramenta conseguia acertar se era fato ou boato em 94 situações. No total, foram analisadas mais de 30 mil mensagens publicadas na rede social X.

"Testamos três metodologias e duas tiveram sucesso maior. A gente indica, no final dos resultados, a possibilidade de utilizar ambas em conjunto, de forma complementar", explica Rodrigues.



MEME Nas redes sociais, imagens como essa, em que Biden apertou a 'mão do vento' na Carolina do Norte, têm viralizado

PEDIDOS PARA QUE JOE BIDEN RETIRE CANDIDATURA SE INTENSIFICAM

Deputados do Partido Democrata pedem que ele deixe a campanha pela reeleição

Redação Focus Brasil

Cresce o número de deputados do Partido Democrata que defendem publicamente que Joe Biden deve deixar a campanha à presidência dos Estados Unidos. Uma lista divulgada no site ABC apresentou vinte deputados de diferentes estados que argumentam que Biden não está em condições de concorrer.

O primeiro a se manifestar foi o deputado Lloyd Doggett, do Texas, apenas dois dias depois

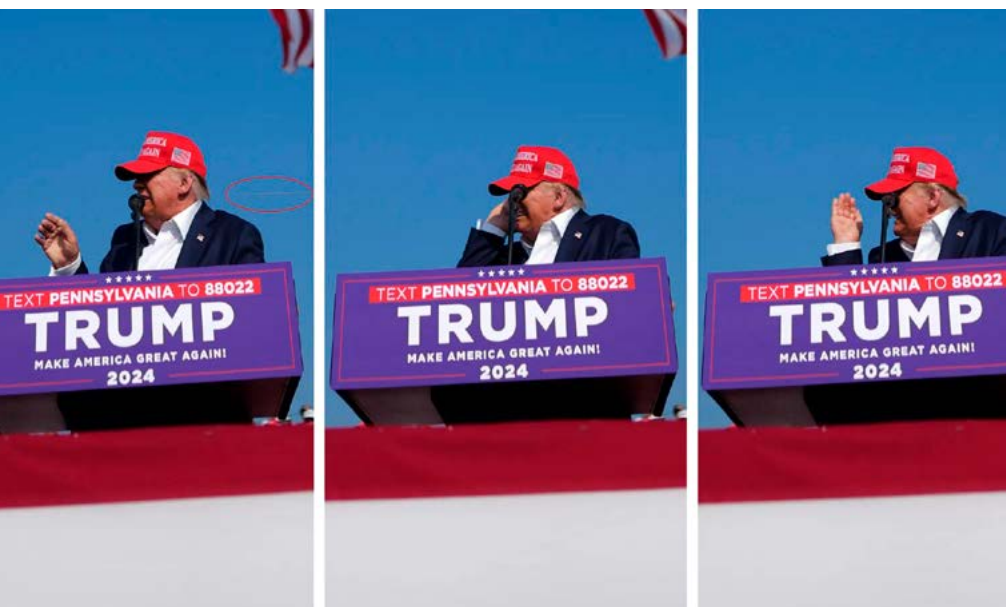
do debate entre Biden e Donald Trump. O desempenho do atual presidente ficou muito abaixo das expectativas, gerando críticas da imprensa norte-americana e desconfiança por parte dos apoiadores.

O democrata cometeu mais uma gafe durante o encerramento da cúpula que comemorou os 75 anos da OTAN. Reunidos em Washington para um encontro de três dias, os líderes dos 32 países da Organização do Tratado do Atlântico Norte receberam o chefe de estado da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, como convi-

do de honra.

Na coletiva de encerramento na sexta-feira, 12, o presidente norte-americano convidou o "presidente Putin" para falar, mas logo percebeu o ato falho. Corrigiu-se rapidamente dizendo que "ele vai derrotar o presidente Putin, o presidente Zelensky".

O ator George Clooney, conhecido apoiador dos democratas e um dos principais arrecadadores da campanha, publicou um artigo no New York Times pedindo que o presidente desista da disputa. Ele disse que "a única batalha que ele não pode vencer é contra o tempo".



ATENTADO A TRUMP: LULA SE MANIFESTA E ITAMARATY ACOMPANHAINVESTIGAÇÕES

"O governo brasileiro condena o atentado ocorrido hoje, 13 de julho, contra o ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump", diz nota do Itamaraty publicada ainda no sábado (13)

Redação Focus Brasil

O Itamaraty emitiu um comunicado na noite de sábado (13) condenando o ataque contra Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos e candidato à Casa Branca. O governo brasileiro declarou que está "acompanhando atentamente o completo esclarecimento dos fatos"

"O governo brasileiro condena o atentado ocorrido hoje, 13 de julho, contra o ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump. Ao manifestar veemente repúdio ao atentado e desejo de pronta recuperação do ex-presidente, o Brasil

reafirma ser inaceitável qualquer forma de violência política em sociedades democráticas e acompanha com atenção o pleno esclarecimento dos fatos", afirma a nota.

No último sábado (13), Trump foi retirado por seguranças do palanque onde fazia um comício, em Butler, no estado da Pensilvânia. Ele concorre novamente à presidência dos Estados Unidos em uma disputa acirrada contra o atual mandatário, Joe Biden, que tenta a reeleição. Após sons de tiros, o candidato republicano se abaixou e levantou com sangue na orelha e no rosto.

Os agentes cercaram o republicano e o escoltaram até um carro de sua comitiva imediata-

mente após o ataque. Ele segurava a orelha direita, que parecia estar sangrando. Segundo Steven Cheung, porta-voz do ex-presidente, Trump "está sendo examinado e está bem".

Além de Trump ferido, um apoiador do ex-presidente foi morto e dois outros ficaram feridos antes que os agentes do Serviço Secreto matassem a tiros o suspeito de 20 anos. O motivo do atentado ainda não foi esclarecido. O presidente Joe Biden condenou o ataque contra seu oponente, pedindo união aos cidadãos, e determinou uma revisão sobre a segurança no comício onde Trump foi ferido

Lula: atentado a Trump "empobrece a democracia"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, nesta segunda-feira (15), que o atentado contra o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, "empobrece a democracia". Ao chegar para agenda de trabalho no Palácio do Itamaraty, em Brasília, Lula disse que é preciso condenar qualquer manifestação antidemocrática, "seja pela direita, seja pela esquerda".

"Ninguém tem o direito de atirar numa pessoa porque não concorda com ele politicamente", disse. "Os valores do diálogo, os valores do argumento, os valores de sentar em forma de uma mesa, da forma mais diplomática, para encontrar soluções para os problemas vão indo pelo ralo. Se tudo vai se encontrar na base da bordoadada, na base da violência, na base do murro, na base da luta, na base do tiro, na base da faca, onde é que vai a democracia? Eu, como sou defensor da democracia, eu acho que nós temos que condenar", acrescentou o presidente.

Ainda no sábado, Lula já havia se manifestado sobre o assunto, afirmando que o atentado foi um "ato inaceitável". Diversos líderes mundiais também expressaram espanto, denunciaram a violência política e desejaram ao ex-presidente norte-americano uma rápida recuperação.



13 de julho de 1962

PRESIDENTE SANCIONA LEI DO 13º SALÁRIO

O Congresso Nacional aprova, e o presidente João Goulart sanciona lei que institui a gratificação de Natal, ou o "13º salário". A Lei 4.090/1962 é assinada apenas 12 dias após a queda do gabinete parlamentarista, presidido por Tancredo Neves.

Jango ratificava assim seu compromisso com o movimento sindical, que desde o ano anterior vinha promovendo intensa mobilização pela aprovação do projeto. Esse mesmo movimento sindical levaria para as ruas, nos meses seguintes, a campanha pela volta do presidencialismo.

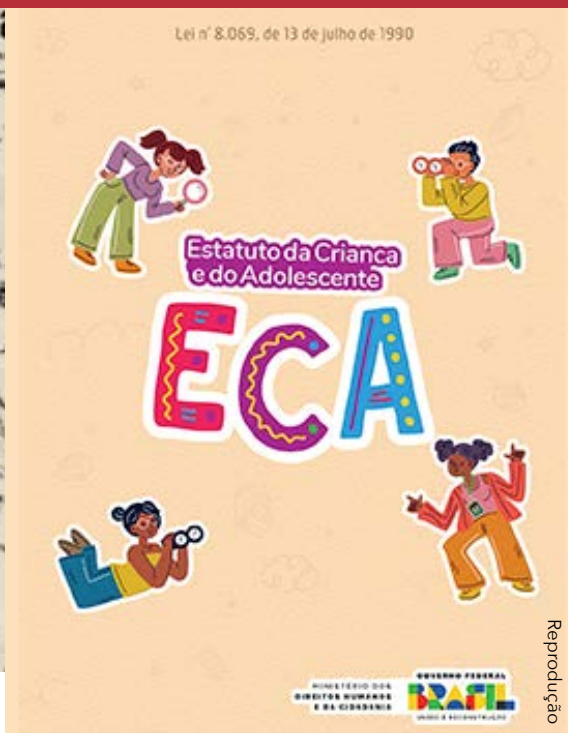
A aprovação da gratificação de Natal não foi, porém, só um ato de governo ou uma decisão do presidente da República. Ela foi o resultado de anos de negociações entre o Estado, os patrões e os empregados, na maior parte das vezes marcadas por greves, abaixo-assinados, prisões e repressão.

Movimentos grevistas nas décadas de 1920 e 1950 já tinham o abono natalino em suas pau-

tas de reivindicações. Nos anos 1960, o movimento sindical, fortalecido e com grande poder de barganha, conseguira torná-lo uma reivindicação nacional, sob forte oposição dos empresários e da grande imprensa.

Em 1961, após a apresentação do projeto – de autoria do deputado Aarão Steinbruch – ao Congresso Nacional, o 3º Encontro Sindical, realizado na Guanabara, decidira pressionar o Congresso, estabelecendo até um prazo para aprovação da lei: novembro de 1961. Em dezembro, sindicatos dos metalúrgicos e têxteis de São Paulo decretaram greve geral pelo 13º, sendo duramente reprimidos pelo governador Carvalho Pinto. Apesar da repressão, a campanha se manteve.

Meses antes da aprovação da lei pelo Congresso, o jornal "O Globo" publicou o editorial, tão bombástico quanto furado: "Considerado desastroso para o país um 13º mês de salário". Jamais seria.



13 de julho de 1990

ESTATUTO GARANTE PROTEÇÃO À INFÂNCIA

É publicada a Lei 8.069, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O novo instrumento considera prioridade absoluta a proteção e a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. O ECA está baseado na doutrina jurídica da "proteção integral", o que significa que seus pressupostos conferem-lhe estatuto de cidadania universal e valem para qualquer criança ou adolescente.

Desde 1979, vigorava o Código de Menores, que previa medidas punitivas e assistenciais apenas às crianças e adolescentes que tivessem cometido atos infracionais ou fossem consideradas em "situação irregular".

Com o Estatuto, crianças e adolescentes passaram a ter garantidos pelo Estado, pela família e pela sociedade o direito à vida, à saúde, à educação, à convivência e à profissionalização.



Iconographia

16 de julho de 1934

PROMULGADA A NOVA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL

Em sessão solene, com o Congresso Nacional lotado, é promulgada a Carta Magna de 1934.

Foram meses de disputas, conchavos e articulações, que começaram ainda na campanha eleitoral. Quando as urnas foram abertas, muitas surpresas. Os tenentistas elegeram menos deputados do que esperavam. As mulheres conquistaram apenas uma cadeira, a da médica paulista Carlota Pereira de Queirós. Os socialistas também tiveram que se conformar com uma representação muito reduzida. As oligarquias e os grupos políticos regionais, que haviam perdido o poder na Revolução de 1930, se uniram para eleger constituintes e aprovar leis de seu interesse. O mesmo fez a igreja católica. Por outro lado, a representação classista garantiu a presença de deputados afinados com alguns interesses dos trabalhadores.

O novo texto constitucional refletiu as disputas de oito meses de trabalho, debates acirrados e pressões de vários grupos políticos e econômicos, e estabeleceu que o Brasil continuaria sendo uma República federativa, porém com redução das prerrogativas dos estados, e três Poderes independentes.

Getúlio Vargas e seus alia-

dos conseguiram grande vitória, pois, nas disposições transitórias, os atos do Governo Provisório foram referendados constitucionalmente – ou seja, não poderiam ser contestados na Justiça. A modernização do Estado promovida desde 1930 foi confirmada. O governo central teria, a partir de então, poderes bem maiores do que na Primeira República.

A Constituição garantiu à União a possibilidade de nacionalizar empresas estrangeiras e determinar o monopólio estatal de setores da economia, em caso de interesse e segurança nacional. Foram confirmados o Código de Minas, que havia separado a propriedade do solo do controle das riquezas do subsolo, e o Código de Águas, que estabelecia a água, o mar e os rios como pertencentes à União.

O Poder Legislativo ficou com a responsabilidade de fiscalizar os atos da Presidência da República, que poderia responder por crime de responsabilidade.

No mundo do trabalho, confirmaram-se as conquistas dos anos anteriores, como a jornada de oito horas, as férias remuneradas, os direitos da mulher e os do menor trabalhador. Além disso, a Carta Magna determinou a criação de um salário mínimo “capaz

de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador” e de sua família. Também assegurou a pluralidade e a autonomia sindicais, contrariando a posição do governo, que defendia um sindicato único por categoria profissional. As convenções coletivas agora seriam estimuladas, e, com a criação da Justiça do Trabalho, estabeleceu-se a competência do governo federal para regular as relações de trabalho.

O capítulo sobre a família, a educação e a cultura determinou que a educação seria um direito, e que o ensino deveria ser ministrado em português – competiria à União definir o plano nacional de educação. O curso primário tornava-se obrigatório e gratuito para todos, inclusive adultos. Já o ensino religioso seria facultativo. A igreja católica conseguiu uma vitória ao assegurar que o casamento religioso valeria como o civil e que o matrimônio seria indissolúvel.

Quanto aos direitos civis, a Constituição de 1934 definiu que todos seriam iguais perante a lei, sem privilégios nem distinções de nenhuma natureza. O Código Eleitoral, os tribunais eleitorais e o voto feminino foram confirmados, e a idade mínima para votar baixou de 21 para 18 anos.

Ficou estabelecido que, antes de se converter na Câmara dos Deputados, a Assembleia Constituinte elegeria o novo presidente da República, para um mandato de quatro anos.

O texto final não agradou a Getúlio, que não escondeu sua insatisfação pelas limitações que a nova Carta lhe impôs.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br

TEORIAeDEBATE

Revista da Fundação Perseu Abramo - Edição Especial - Abril 2024



1964 - 2024

60 ANOS DO GOLPE
CIVIL-MILITAR

ALBERTO CANTALICE - ELEONORA MENICUCCI - EMILIANO JOSÉ - FERNANDA ESTIMA - FREI CHICO - HENRIQUE NUNES
HILDEGARD ANGEL - IVO LESBAUPIN - JAMES N. GREEN - JOSÉ DIRCEU - LUIZ EDUARDO GREENHALG - MARILENA CHAUI
MATILDE RIBEIRO - MARLY VIANNA - MILTON TEMER - PAULO OKAMOTO - PEDRO ESTEVAM DA ROCHA DOMAR
RAUL PONT - RUI FALCÃO - TARSO GENRO - VALTER POMAR - WALNICE NOGUEIRA GALVÃO

EDIÇÃO ESPECIAL

60 ANOS DO GOLPE

Informações e relatos sobre um período do Brasil que não foi superado e que, por isso, lutamos para que nunca volte a acontecer.

disponível para
DOWNLOAD!



visite teoriaedebate.org.br



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores